

“O Museu de Pesca como instrumento de educação ambiental”

Roberto da Graça Lopes, Dr., Museu de Pesca / CECOM / Instituto de Pesca / APTA / SAA-SP; Antônio Carlos Simões, Centro de Comunicação e Treinamento (CECOM) / Instituto de Pesca / APTA / SAA-SP

Resumo

Para o Museu de Pesca, a educação ambiental é um processo educativo que envolve o pensar, o sentir e o querer individuais. Um processo que para ser considerado efetivado, deve levar o indivíduo a uma mudança positiva de postura frente ao meio ambiente. Para tanto, apenas o acervo museal e sua linguagem de apoio não são suficientes, sendo necessário um contato mais prolongado com o Museu, atividades extra-Museu e o uso de diferentes técnicas pedagógicas que despertem o indivíduo intelectual e emocionalmente.

Palavras-chave: museu e educação ambiental

Introdução

O Museu de Pesca, sediado em Santos, está vinculado ao Centro de Comunicação e Treinamento do Instituto de Pesca, instituição de pesquisa integrada à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Poder-se-ia defini-lo como um espaço multidisciplinar, dedicado a uma temática, apoiado num acervo exemplificador e sustentado por uma filosofia. É um centro de difusão de ciência, um decodificador da informação científica, principalmente aquela ligada ao cultivo de organismos aquáticos (aqüicultura), ao seu extrativismo (pesca), à realidade do mundo aquático que envolve essas atividades, seus instrumentos e técnicas de intervenção e estudo.

Em sendo a filosofia que embasa qualquer instituição seu elemento orientador, cabe questionar de que filosofia, relacionada à sua temática, o Museu é tradutor. Aquela que defende o Homem como senhor de todas as criaturas? Que entende que o Homem deve controlar a

Natureza? Por outro lado, como centro difusor de informações, o Museu difunde que tipo de conhecimento? Aquele que faz apologia da ciência como instrumento de domínio? Que louva e justifica a supremacia da tecnologia a qualquer custo?

Não, o que se busca é um museu tradutor de uma filosofia ambientalista. Que trabalhe pelo que se pode chamar de “ética da partilha”, na qual o ser humano seja capaz de dividir, de partilhar o ambiente com todas as criaturas da Natureza. É certo que precisa se aproveitar de algumas para satisfazer suas necessidades alimentares. Mas, mesmo assim, há como se aproveitar de maneira sustentável, ou seja, que não leve nenhuma espécie à extinção, seja por captura indisciplinada, seja por destruição de seu habitat.

Nessa linha de raciocínio, há também uma nuance: pode-se entender a sardinha, por exemplo, como um recurso a ser explorado para o sustento alimentar. Porém, fica difícil aceitar a visão de uma baleia, ou outro mamífero marinho, como um recurso alimentar. Isto porque, a sensibilidade aponta para o fato de que espécies com um considerável grau de sofisticação biológica e comportamental devem, segundo a ética da partilha, poder dividir em segurança o mesmo Planeta com o Homem, mesmo porque existem recursos alternativos aos que se podem obter dessas espécies. Essa forma de ver as coisas, se viabilizada, será a demonstração prática de que o progresso ético está amadurecendo no mundo, e que poderá, um dia, ser proveitosamente estendido à convivência entre nações, raças e credos.

O que se busca, então, é um museu difusor de um conhecimento de cunho humanista, ético, capaz de, na apresentação dos processos biológicos e de utilização sustentável dos recursos ambientais, também envolver, ainda que sub-liminarmente, os princípios da liberdade, igualdade,

fraternidade. Princípios que só o Homem pode levar ao restante do mundo biológico.

Portanto, ao abordar a sua temática e ao desenvolver a sua prática educativa, o Museu não o faz sob o enfoque de que a pesca é um simples setor da produção econômica, mas o faz segundo a óptica da produção econômica preocupada com a estabilidade dos recursos (sustentabilidade) e com a manutenção da qualidade do ambiente.

Discussão

Para ser atraente, em primeira instância, um museu tem que atender aos interesses de seu público, sendo que a melhor forma de fazê-lo é antecipar a curiosidade natural do visitante, ou mesmo despertá-la, oferecendo a informação através dessa ponte. Quando a curiosidade do visitante está contatada, pode-se, paralelamente, incursionar pela esfera da formação de consciência, oferecendo algumas opções de reflexão sobre princípios preservacionistas ou éticos.

Com a aplicação de seu método sobre o ambiente, a ciência produz o seu acervo de conhecimentos. Esse acervo de conhecimentos, acrescido dos métodos, instrumentos e objetos que o exemplificam, é que são apropriados pelo Museu de Pesca, gerando sua face de agente de difusão científica. Já para realizar educação ambiental, parte desse acervo de conhecimentos e objetos é utilizada, porém associadamente a técnicas de sensibilização, pois se para satisfazer a curiosidade por fatos científicos a grande ponte está a nível cognitivo, para a educação ambiental essa ponte não basta, necessitando-se do envolvimento emocional do indivíduo. E, para isso, apenas uma visita, monitorada ou não, é um contato muito superficial. A sensibilização adequada leva tempo e exige outros recursos.

Conseqüentemente, ao unir ciência, ambientalismo e educação, o Museu de Pesca desenvolve a sua “prática” educativa de duas maneiras: 1) oferecendo ao visitante frações coerentes do universo abordado, sustentadas pelo acervo exposto e por sua linguagem de apoio, mas que, normalmente, se esgotam no plano cognitivo (o simples pensar sobre os objetos expostos), ou 2) buscando efetivar um processo educativo a que se poderia chamar de *educação ambiental*.

A discussão a seguir se baseia em vivências da equipe do Serviço Educativo do Museu de Pesca, em sua busca por encontrar a melhor maneira para desenvolver

educação ambiental no Museu. Observou-se que nas visitas monitoradas, na orientação a trabalhos escolares, em palestras e mesmo em cursos simples, monofocados em um tema, não se conseguia, apesar do encantamento às vezes produzido¹, atuar tão profundamente que se alcançasse uma mudança de postura da criança e do jovem frente ao ambiente.

Por outro lado, denúncias, cenas marcantes e estatísticas alarmantes dificilmente levam a esse envolvimento, não sendo raro, pelo contrário, levar a um “encolhimento do indivíduo” que se sente agredido. Então, como não é opção utilizar a linguagem de apoio aos objetos do acervo para a transmissão de informações ou imagens sensacionalistas, a museografia de eleição tem na beleza (dos seres, dos ciclos, da presença do homem no mundo aquático) o primeiro recurso para despertar a consciência ambientalista no usuário do Museu.

Porém, para atuar mais profundamente e ser sede de um processo de educação ambiental, o Museu precisou: a) aumentar o tempo de contato com a criança e o jovem, público-alvo desse processo; b) envolver o cognitivo (o pensar), pois a criança e o jovem têm a necessidade de perceber um sentido claro nas informações, perceber que os fragmentos que cabem no Museu constituem, apesar de sua parcialidade, um todo coerente (em relação ao visitante ocasional é neste estágio que se dá e cessa a ação museal); c) envolver o afetivo (o sentir), uma vez que é necessário criar uma identificação com o acervo e com o contexto que ele representa (ou com a antítese desse contexto); e d) envolver a ação (o querer/o fazer), para gerar o impulso transformador da realidade que incomoda (ou mergulhar na realidade que agrada).

Essa conjuntura de fatores só foi obtida quando se criou o curso “**O Ambiente Marinho**”², descrito em GRAÇA LOPES e SIMÕES (1985), no qual se concentrou menos a atenção nas informações a transmitir, e mais sobre

¹ Deve-se lembrar que na primeira metade da década de 1980 ainda não se dispunha de todos os recursos de informação e imagem que se tem atualmente, sendo o Museu um polarizador do que se dispunha à época, sobretudo em português, o que aumentava a sua importância como centro educativo e lhe permitia encantar o público de então.

² Este curso foi preparado e ministrado pelas professoras do Serviço Educativo: Ana Maria Marins, Elizabeth Jaime Guedes, Maria Cleonice Cefaly Machado e Sônia Margarida M. Zanardi Chicarino.

técnicas de sensibilização do emocional e sobre atividades práticas extra-museu, os estudos do meio, quando os indivíduos tiveram contato direto com a realidade biológica e ambiental a que não estavam habituados. Apenas com essa base paralelamente preparada é que as informações transmitidas no decorrer do curso assumiram novo sentido, mais amplo, vivo e profundo.

A partir do desenvolvimento desse curso, observou-se que o processo de educação ambiental pôde ser consumado, pois os participantes foram testados, antes de seu início e após o seu encerramento, quanto à percepção para a “qualidade ambiental” do entorno, constatando-se uma melhora significativa no “estado de atenção” em relação às condições e à dinâmica ambiental. Além disso, numa das turmas houve um caso que merece registro:

“ainda com o curso em andamento, durante um estudo do meio, uma grupo disse à professora Ana Maria Marins que queria realizar o resgate de uma imagem sacra, encontrada em situação de risco. Como no Curso tratou-se de preservação patrimonial, situação que engloba o meio natural e o construído (incluindo objetos de valor cultural), a atenção da turma foi despertada por essa imagem religiosa que se encontrava em estado de abandono na capela da Fortaleza da Barra Grande, à época semi-destruída. A professora aproveitou o pretexto para passar para o grupo as noções de organização necessárias a um bom desempenho, pois “apenas consciência e boa-vontade não bastam, é preciso planejamento para que as ações sejam eficientes”. Então, os jovens buscaram responder: a quem pertence a imagem? Ela tem realmente valor histórico? É possível o seu restauro? Onde depositá-la enquanto a capela estiver abandonada? Essas questões organizadoras definiram as ações que foram empreendidas: obteve-se da Marinha a autorização para “salvar a imagem”, um especialista do Museu de Arte Sacra de Santos a examinou e constatou tratar-se de uma antiga e valiosa imagem de São Sebastião. Hoje, restaurada, a imagem está conservada no próprio Museu de Arte Sacra, à espera de um possível retorno à capela. Essa ação pela preservação motivou a criação do MAPPÁ (*Movimento Adolescente Pró Preservação Ambiental*), responsável por outras ações subseqüentes, até que se dissolveu, pois os jovens tiveram que seguir variados caminhos. No entanto, é certo que sempre serão pessoas conscientes de sua responsabilidade para com o meio ambiente, e despertadas para a ação onde quer que se encontrem.”

Assim, um processo de educação ambiental pôde, confirmadamente, ser desenvolvido no Museu de Pesca.

Essa prática educativa do Museu de Pesca levou a que sua equipe cunhasse, em 1984, a sua própria definição de educação ambiental, ou seja, “*é o conjunto de técnicas, informações e vivências que leva à criação de novo substrato (cognitivo e afetivo) no indivíduo no que se refere às relações ambientais, gerando uma mudança positiva de comportamento desse indivíduo frente ao seu ambiente*”. Essa conceituação, ainda que cunhada independentemente, não se distancia muito da definição proposta pela Conferência Intergovernamental de Tblisi sobre Educação Ambiental, em 1978, que diz: “*Educação Ambiental desenvolve consciência ambiental, sensibilidade, atitudes e habilidades nos cidadãos para promover seu envolvimento ativo em trabalhos visando à resolução de problemas ambientais e suas conseqüências*”. Não é diferente, pois não prescinde da faceta afetiva, assim como exige a ação como ponto finalizador do processo.

Em termos práticos, hoje, o Museu de Pesca tem um desafio, já apontado em Graça-Lopes & Simões (2000): consolidar um Serviço Educativo profissional, com professores experientes, capazes de enfrentar a crise de curiosidade que, por vezes, se diagnostica nos estudantes que visitam o Museu, resultado de uma verdadeira “overdose” de informações mal qualificadas. O Museu precisa de professores que saibam desenvolver uma relação humana com os usuários, em contraponto ao excesso de tecnologia interativa atualmente empregada. O Museu de Pesca optou por resgatar o afetivo das relações público-Museu-temática, sendo que isso dar-se-á apenas com a intermediação do professor-monitor.

No entanto, por decisão do Governo do Estado, em 1995, todos os professores que prestavam serviços em unidades não pertencentes à Secretaria de Educação tiveram que retornar a suas escolas, e o Museu de Pesca perdeu os professores de seu Serviço Educativo, estando até hoje carente desses profissionais. Quebrou-se então um elo importante com a comunidade que precisa ser retomado. Para tanto, a pedido da Diretoria do Museu de Pesca, a deputada Maria Lúcia Prandi apresentou, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o Projeto de Lei nº. 67, de 1999 (publicado no D.O.E. de 24/03/99), que “*Determina o reconhecimento dos serviços educativos em museus públicos estaduais e dá outras providências*”. O objetivo dessa Lei é que o Poder Público Estadual reconheça

a importância dos museus como instrumentos de educação, permitindo que professores da rede pública possam, oficialmente, prestar serviços junto aos Serviços Educativos, formalmente constituídos, desses museus. Até o momento, porém, o Projeto de Lei em questão não foi aprovado, permanecendo o impasse quanto ao Museu poder contar com esses essenciais profissionais em seu corpo técnico. Hoje, julho de 2001, já solicitou-se a vereadores a adaptação da citada Lei para o âmbito municipal, uma vez que professores cedidos pela Prefeitura de Santos estariam, na verdade, atendendo a crianças e jovens do próprio município. Em termos municipais, obter a colaboração das prefeituras é tarefa para a direção de cada museu, sendo que a aprovação de uma lei de apoio aos serviços educativos retiraria a questão da esfera da autorização excepcional, no mais das vezes meramente política (que obriga a retomadas de negociação a cada início de governo), e a colocaria na rotina de atividades das secretarias municipais de educação. Em vista da possibilidade de se propor uma lei municipal nesse sentido, em qualquer município do Brasil, está transcrito abaixo o Projeto de Lei nº. 67/99, já com as devidas adaptações para a esfera municipal:

Minuta de Projeto de Lei

Determina o reconhecimento dos Serviços Educativos em museus públicos locais e dá outras providências

Artigo 1º. - Fica obrigado o Poder Executivo Municipal a reconhecer os serviços educativos instalados em museus públicos com sede na cidade de Santos como extensão da sala de aula.

Parágrafo Único – Se reconhecerá um Serviço Educativo como instalado quando houver espaço próprio para abrigar esse Serviço, infra-estrutura básica (mobiliário e equipamentos) e rotina de atendimento a estudantes, individualmente, em grupos ou através de escolas, necessitando para sua dinamização apenas da cessão de professores pela Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. - Os museus públicos com sede na cidade de Santos passam a ter o direito de receber professores da Secretaria Municipal de Educação para atuarem em seus Serviços Educativos, em número compatível com o fluxo da atividade educativa.

Artigo 3º. - Compete à Secretaria Municipal de Educação publicar edital de seleção para os professores de sua rede de

ensino interessados em atuar nos Serviços Educativos de museus públicos sediados em Santos.

Artigo 4º. - Poderão candidatar-se a participar dos Serviços Educativos os professores da rede municipal de ensino que atendam aos seguintes critérios:

- I) pertencer ao quadro de professores da Secretaria Municipal de Educação, em qualquer de suas categorias;
- II) ter experiência de sala de aula;
- III) possuir domínio de sua especialidade nos aspectos em que a disciplina se relacione com a temática do museu;
- IV) aceitar dedicação exclusiva ao trabalho em Serviço Educativo de museu;
- V) submeter-se ao horário de trabalho definido pela instituição museológica;
- VI) trabalhar de forma integrada com a equipe responsável pela criação e implantação dos projetos museológicos;
- VII) predisposição para orientar estagiários na área educacional;
- VIII) gostar do trabalho de campo e de laboratório.

Parágrafo Único – Para os professores que responderem ao edital e obedecidos os critérios enumerados acima, a seleção do(s) interessado(s) será de responsabilidade da equipe técnica do museu solicitante.

Artigo 5º. - A transferência dos professores para os Serviços Educativos se dará sem que estes sofram prejuízos salariais ou percam vantagens pessoais ou relativas ao cargo e à carreira do Magistério.

Artigo 6º. - A atuação dos professores nos Serviços Educativos e os próprios Serviços serão supervisionados pela Secretaria Municipal de Educação, que regulamentará os dispositivos desta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 7º. - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 8º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Justificativa

O presente Projeto de Lei objetiva criar um mecanismo, incluindo critérios e exigências mínimas, para o reconhecimento dos Serviços Educativos implantados em museus públicos, sediados em Santos, como extensão da sala de aula, a fim de que a Secretaria Municipal de Educação possa permitir a atuação de professores de seu quadro funcional nesses Serviços.

Com efeito, os museus e seus recursos devem ser considerados como instrumentos de educação não formal de inestimável valor para a ampliação dos limites da escola,

que não podem dispor do acervo de objetos e de literatura relativos a uma temática como os museus dispõem, tornando-se relevante, então, disponibilizar esse acervo aos estudantes, através de cursos, visitas monitoradas, orientação a trabalhos escolares, sob a tutela de professores da rede municipal de ensino.

Os profissionais professores que participarem deste Programa deverão ter vinculação ao quadro funcional da Secretaria Municipal de Educação, tendo pleno domínio da especialidade correlata à temática do museu, dedicando-se exclusivamente ao trabalho na instituição museológica, sendo que caberá à direção do museu a seleção dos professores inscritos.

Conclusões

1. a prática museal tem demonstrado que Educação Ambiental é um processo, e que só ocorre à medida que se utiliza, além de diferentes recursos de transmissão de informação, de recursos de sensibilização dos indivíduos, unindo ao cognitivo também o afetivo (o sentir), mudando a predisposição, a motivação, para a ação (o querer), resultando na mudança favorável de postura frente ao ambiente.

2. os resultados favoráveis mostram que o Museu de Pesca deve continuar se empenhando por sustentar a Educação Ambiental entre seus principais objetivos, pois, como as duas faces de uma mesma moeda, o despertar de uma “ética de partilha” em relação ao mundo natural terá sua contrapartida no mundo social. E um museu de história natural, trabalhado de forma correta, tem uma contribuição a dar ao processo de pacificação da sociedade humana. Despertando para o respeito à biota e ao meio, o Homem despertará para o respeito a si mesmo.

Agradecimentos

À equipe técnica do Museu de Pesca e a todos os seus colaboradores voluntários, cujo trabalho inteligente e dedicado tem permitido o ganho de experiência e a prestação de um serviço de qualidade à comunidade.

Bibliografia

- GRAÇA-LOPES, R. da & SIMÕES, A. C. 1985 *O Museu de Pesca como instrumento de educação. Leopoldianum: Revista de Estudos e Comunicações*, Santos, 12(35):101-106.
- Graça-Lopes, R. da & Simões, A. C. 2000 “Desafios para os museus públicos ligados a instituições de pesquisa”. *O Biológico*, São Paulo, n°. 62, v. 2 : 277 – 280, julho/dezembro.